

Introdução

Essa dissertação é fruto de um trabalho de pesquisa que se originou ainda nos meus anos de graduação. Portanto, ela carrega consigo um pouco da minha trajetória acadêmica ao evidenciar através das relações e reflexões que desenvolvo a partir do meu objeto de estudo os temas e problemas que mais de perto me despertaram interesse. A temática da cultura vista a partir da relação com seus produtores e intérpretes foi desde cedo elemento constituidor desse interesse.

A **Revista Brasileira de Folclore (RBF)** era, inicialmente, apenas parte da minha documentação, quando meu objeto de investigação se fazia em torno das ideias e ações dos intelectuais ligados à Comissão Cearense de Folclore (CCF) entre as décadas de 1950 e 1960.¹ Ao passo que fui estabelecendo um contato maior com esse periódico percebi nele um universo de ideias que punha de manifesto, de forma muito particular, um momento da história do Brasil em que a cultura, compreendida pela via do folclore, serviu ao objetivo de constituir um sentido de unidade a partir da identificação com os elementos definidores da cultura nacional.

Para construir essa identificação um conjunto de intelectuais se organizou em torno de agremiações e instituições, a fim de produzir discursos e ações que fornecessem ao folclore um *status* diferenciado e reconhecido como tal pelos demais grupos letrados, pelo Estado e pela sociedade em geral.

Nesse sentido, o objetivo principal dessa dissertação é investigar a trajetória e o perfil da **RBF**, de modo a entender de que maneira ela foi utilizada como suporte para a atuação e a produção intelectual por um grupo de folcloristas.

Como objetivos específicos, foram traçados: identificar os sujeitos cujas ideias e ações se mostrassem mais relevantes para o entendimento do papel que a **Revista**

¹ Sobre a Comissão Cearense de Folclore, sob orientação do professor doutor Almir Leal de Oliveira, da Universidade Federal do Ceará, produzi, ainda na graduação, uma série de resumos e artigos que foram apresentados e publicados em anais de eventos entre os anos de 2005 e 2007.

desempenhou durante sua circulação, de modo a reconstruir suas trajetórias intelectuais e, entrever o lugar social ocupado por eles nesse contexto; mapear o conjunto de temáticas recorrentes na **RBF** a fim de visualizar as questões com as quais os folcloristas estavam envolvidos; examinar a **RBF** em sua dimensão material e observar elementos como formato, tamanho, divisão interna, arte gráfica e outros elementos formais do periódico, na medida em que essas informações se fizessem necessárias para a compreensão do objeto de estudo e permitissem esboçar uma etnografia da Revista; entender as ações empreendidas pelos folcloristas ligados à **RBF** para conseguir seu intuito de preservar e divulgar as práticas culturais tidas como folclóricas; problematizar as narrativas acerca do folclore presentes na **RBF**, para identificar qual o valor impresso a esse tema; localizar o folclore nas políticas culturais no Brasil no contexto institucional das décadas de 1960 e 1970; configurar o ambiente cultural, social e político no qual se insere o objeto de estudo da dissertação, sem deixar de atentar para as transformações que marcaram o momento de atuação do Estado na arena cultural, sobretudo no que se refere ao folclore.

Para tanto se fez necessário analisar os 41 números editados da **RBF** que circulou durante 15 anos, entre 1961 e 1976. Esse recorte, privilegiado nessa dissertação, ganhou relevância especialmente por se tratar de um momento complexo da história brasileira, período em que se instaurou uma ditadura militar, o que transformou sensivelmente o contexto não só político, mas também, cultural do país.

Como apontou Lia Calabre, apesar de o Estado não ter promovido de forma direta ações de grande vulto entre os anos de 1945 e 1964, a área da cultura desenvolveu-se visivelmente através da iniciativa privada. Foi nesse período que se consolidaram os meios de comunicação de massa, o rádio e a televisão, por exemplo.

O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, permitiu a retomada da produção de aparelhos de rádio e de equipamentos de transmissão. Ainda na década de 1940, o número de emissoras de rádio cresceu na ordem de 100%. Na década de 1950 a televisão chegava ao Brasil. No campo da produção artística em geral, surgiram grupos que propunham a utilização de novas linguagens. Entre os movimentos que se

destacaram temos o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Violão de Rua, o Grupo Oficina, os trabalhos de Lygia Clark e Hélio Oiticica, entre vários outros.²

Com o golpe militar de 1964, porém, instalou-se um período de repressão e censura que implicou no desmantelamento da grande maioria dos projetos culturais em curso. Contudo, a vigência do regime militar não significou a ausência desse tipo de projeto e nem tampouco a repressão sobre todos eles. Segundo Renato Ortiz, a ação repressiva do Estado sobre a cultura entre 1964 e 1980 caracterizou-se por uma “(...) repressão seletiva que impossibilitou a emergência de determinados tipos de pensamento ou de obras artísticas”,³ o que permitiu a continuação ou criação de certas expressões culturais. Além disso, o próprio Estado atuou de maneira incisiva nessa área, ao criar ou fomentar a criação de diversas instituições que seriam responsáveis pela reorganização e dinamização do setor cultural no período.

Foi exatamente no contexto das décadas de 1960 e 1970 que foi possível captar os meandros da prática folclorista por meio da **Revista**. No início dos anos de 1960, o grupo de folcloristas que produziu a **RBF** encontrava-se, por um lado, em um momento difícil pelo fato de contarem com verbas escassas mas, por outro, promissor, pois tinham pela primeira vez a oportunidade de realizar seu escopo de tornar o folclore assunto de relevo, visto que atuavam à frente de uma instituição específica para esse fim: a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Porém, com a instalação do golpe militar inaugurou-se uma nova realidade para esses folcloristas, que inicialmente implicou a paralisação das atividades que vinham sendo feitas pela Campanha, inclusive, a edição da **RBF**. Contudo, em um segundo momento houve uma aproximação entre esses folcloristas e o regime militar, de modo que o folclore e a instituição criada para defendê-lo puderam gozar de relativo destaque.

Com base nesse cenário a dissertação propõe-se a investigar o porquê dessa relação ora tensa, ora favorável, entre os folcloristas e o regime militar. De que modo os folcloristas se articularam para reverter o quadro inicial de paralisação das atividades da CDFB? Qual foi a contrapartida do Estado autoritário em relação a esses folcloristas? E,

² Lia Calabre. Política cultural no Brasil: um breve histórico. In: Lia Calabre (Org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 11-12.

³ Renato Ortiz. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 89.

sobretudo, qual a relevância da **RBF** nesse contexto? Quais os usos que foram feitos dela? Quais os rastros deixados pela relação entre Estado militar e folcloristas no periódico?

Para buscar responder a essas questões, foi analisada uma documentação de natureza diversificada, o que pressupõe um trabalho de cruzamento de informações e confronto de vozes e visões, associado ao diálogo com a literatura teórica e a historiografia sobre o tema. Foi a partir de questões dirigidas a esse conjunto diversificado de documentos que encaminhei a pesquisa ao inquirir acerca do que foi registrado e publicizado, mas também ao problematizar o que não estava evidente.

Veículo de propostas, espaço de sociabilidade e lugar onde os folcloristas lançaram marcos de referência para a reflexão acerca do folclore, a **RBF** foi o documento principal desta pesquisa. Entretanto, como aponta Ana Luiza Martins, a revista pode ser uma cilada documental, exatamente pelo que a torna um gênero de imprensa tão valorizado, ou seja, por documentar o passado através de registros múltiplos. Portanto, foi preciso levar em conta as condições de sua produção, as negociações empreendidas, os interesses envolvidos, e ter em mente que o texto publicado no periódico é uma interpretação do passado pela qual o pesquisador pretende transitar, sem esquecer de que a sua não é a única interpretação possível.⁴ Por entender a produção escrita dos folcloristas, simultaneamente, como documento e objeto e, por procurar identificar as ações empreendidas pelos referidos intelectuais e suas ideias sobre o folclore, analisei na **RBF** os textos produzidos por eles, bem como seus estudos sobre folclore publicados em livros e outros suportes.

Para compreender a organização da **RBF**, das instituições a ela ligadas e as articulações internas e externas entre seus membros, assim como para problematizar e entender o vínculo com o Estado no período em estudo, utilizei, além da própria **Revista**, vários documentos produzidos pelas instituições e grupos letrados envolvidos, tais como, boletins informativos, atas de reuniões, anais de eventos, correspondência, e a legislação sobre política cultural da época.

⁴ Ana Luiza Martins. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008, p. 21.

A partir do contato com essa documentação orientei meu olhar para algumas figuras que se constituíam, de forma mais efetiva, em sujeitos relevantes para o entendimento do objeto de investigação. Mesmo que o objeto central dessa dissertação seja uma revista, esta era animada por pessoas, pessoas que, embora constituíssem um grupo de intelectuais de perfis e trajetórias, nem sempre convergentes, tiveram suas trajetórias cruzadas e revestidas de importância para a pesquisa ao elegerem o folclore como tema de interesse e produção, sobretudo pelo fato dessa produção ter sido veiculada pela **RBF**.

Aprofundar a trajetória e a produção de cada um desses intelectuais sairia por completo dos limites e objetivos dessa dissertação. Assim, optei por deter-me na análise daqueles que, ao longo dos 15 anos de recorte desse trabalho, estiveram mais de perto envolvidos nas questões que forneceram à **RBF** a função, a dinâmica e a forma que a caracterizou, e conferiram ao folclore brasileiro uma feição especial durante esse período. É certo que os protagonismos variaram ao longo do tempo estudado e diferentes personagens se apresentaram como sujeitos privilegiados para a pesquisa. Por esse caminho, nomes como Renato Almeida, Edison Carneiro, Manuel Diegues Júnior, Rossini Tavares de Lima e Luís da Câmara Cascudo foram, mais do que outros, alvo de análise. E isso não se deveu a uma seleção *a priori* e nem por serem considerados por mim como superiores aos demais, mas apenas pelo fato de suas ações e ideias terem ecoado de modo significativo dentro do contexto que me interessou estudar e compreender melhor.

Com efeito, essa dissertação dialoga com um conjunto de autores e obras que auxiliam o entendimento do objeto, seja por fornecer instrumental conceitual, seja por tratar-se de estudos sobre temas correlatos. No entanto esse trabalho se estrutura sobre os fundamentos teóricos do que se convencionou chamar, dentro da história cultural, de história dos intelectuais, campo que ganhou relevo nos últimos anos, ao situar-se, como apontou o historiador Jean-François Sirinelli, no cruzamento das histórias política, social e cultural. Para Sirinelli, o entendimento acerca da noção de intelectual pressupõe a consideração dos conceitos de construção e mediação cultural, assim como, da noção de engajamento direto ou indireto na ação política. Esses elementos são complementares na sua leitura e evidenciam que, devido à capacidade de especialização e ao capital simbólico de que os intelectuais dispõem, atuam sempre política e culturalmente.

Assim, o intelectual não se define somente pelo que ele é, por uma função ou *status*, mas sim por aquilo que ele faz, ou seja, por sua prática, que implica sempre desdobramentos políticos.

Sirinelli assinala também algumas noções que podem, a depender do objeto e interesse, propiciar abordagens interessantes, quais sejam, as noções de itinerário, de geração e de sociabilidade. Ao enfatizar a questão da sociabilidade, o historiador francês apontou as revistas como um dos lugares de sociabilidades em que os intelectuais se organizam, formal ou informalmente, para elaborar e divulgar suas ideias e propostas, pois “O meio intelectual constitui (...) um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora”⁵ e compõem a partir desse pequeno universo redes de sociabilidade que permitem observar relações de força, de afeto e de ideias.

Essas orientações mostraram-se bastante fecundas para entender a **RBF** e sua relação com os intelectuais que a criaram e animaram durante os 15 anos de circulação, o que, paralelamente à análise aprofundada dos 41 números da **RBF**, associada ao cruzamento com outros tipos de documentação, assim como o profícuo diálogo com a historiografia sobre o tema, possibilitou a construção de uma interpretação acerca do objeto de investigação dessa dissertação. Dessa forma, esse trabalho desenvolveu-se a partir de três hipóteses que se entrelaçam se e sustentam mutuamente.

Considera-se inicialmente que os folcloristas tiveram na **RBF** um lugar de sociabilidade fundamental para o desenvolvimento e defesa de suas ideias e ações, pois esse periódico serviu como espaço onde foi possível elaborar um projeto e uma visão de cultura nacional que tiveram como alvo tanto a construção de uma identidade nacional mediada pelo aspecto folclórico, quanto a veiculação do folclorista como intelectual e do folclore como disciplina autorizada para a realização dessa tarefa de construção identitária.

Como desdobramento dessa hipótese inicial, considerou-se que a **RBF** foi utilizada como forma de barganhar com o Estado a continuidade e a legitimidade desejadas ao longo do período de mobilização folclorista.

⁵ Jean-François Sirinelli. Os intelectuais. In: **Por uma história política**. René Rémond (org.). Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1996, p. 248.

E por fim, a terceira hipótese postula que essa barganha só se efetivou porque o Estado autoritário dos anos 1960 e 1970 enxergou na atividade desses intelectuais, assim como nos instrumentos dos quais faziam uso, um caminho possível para a construção de uma ideologia de unidade em torno da nação, caminho este que desconsiderava o contexto de coerção e dirigismo em relação ao campo cultural próprios do regime militar em vigência.

Assim, no primeiro capítulo intitulado **Folclore em revista**, busquei situar a criação da **RBF** no contexto do movimento folclórico brasileiro iniciado em fins da década de 1940 no Rio de Janeiro,⁶ ao identificar o grupo de folcloristas e a instituição da qual era porta-voz. Em seguida procurei dar visibilidade à maneira pela qual alguns autores construíram suas análises e interpretações a partir da utilização de revistas como fonte ou objeto de investigação. Os aspectos formais e materiais da **RBF**, a constituição temática de seus vários números, os autores que nela se expressaram também foram examinados. E, por último, busquei nesse capítulo avaliar a **RBF** por sua função de rede de sociabilidade intelectual, o que possibilitou demarcar como alguns folcloristas teceram afinidades e exclusões em torno da questão do folclore.

Já no segundo capítulo, **Folclore e construção de identidades**, optei por historicizar o conceito de folclore a partir do confronto de diferentes visões, ao mesmo tempo em que procurei assinalar que a emergência desse conceito está relacionada com a criação de um novo campo do saber. Em um segundo movimento, busquei refletir acerca da tentativa dos folcloristas de constituir uma identidade para o profissional e para o folclore como campo de atuação autorizado e reconhecido no cenário cultural do país, ao analisar os percursos e dificuldades envolvidos nessa busca. Procurei também problematizar as narrativas contidas na **RBF** com vistas a construir uma identidade para a nação a partir da eleição dos elementos folclóricos como os mais representativos para essa construção, e como essa seleção resultou na associação das práticas e produtos folclóricos com a noção de patrimônio cultural.

⁶ Movimento folclórico brasileiro foi como ficou conhecida a mobilização encetada da por um conjunto de folcloristas na década de 1950 em torno do folclore do Brasil. Esse movimento deu origem ao grupo de intelectuais que editou a **RBF** posteriormente. Cf. Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

Por fim, com o terceiro capítulo, **A RBF e o campo da cultura no cenário político da ditadura nas décadas de 1960 e 1970**, pretendi investigar a posição intelectual dos folcloristas e as possibilidades institucionais que se abriram para o campo do folclore durante a ditadura militar. Da mesma forma, procurei identificar e problematizar a presença do folclore entre as políticas e ações culturais dessa época. E, por fim, busquei analisar como o folclore, pelas características que lhe foram conferidas pela **RBF**, foi utilizado como um dos meios pelos quais o Estado autoritário buscou construir uma visão de cultura homogeneizadora o bastante para eclipsar a sua face mais obscura.